

Procurement
Negócios
Eletrônicos S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. (“Procurement” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Procurement em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Sociedade referente receita de serviços é realizada com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e seus custos de serviços com as acionistas Accenture do Brasil Ltda e SAP Brasil Ltda, conforme descrito nas notas explicativas nºs 9 e 11 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às sociedades fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Procurement.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que

possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Leandro Basto Pereira
Contador CRC RJ115543/O-6

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Balço patrimonial exercícos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	462	5.342	Salários a pagar		2.280	1.966
Contas a receber – FIDC	5	14.464	12.051	Fornecedores – Partes Relacionadas	9	1.061	1.495
Contas a receber de clientes – Partes Relacionadas	9 (a)	7.735	12.249	Fornecedores - Terceiros		1.973	2.648
Contas a receber de clientes – Terceiros		52	-				
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	6 (a)	6.654	3.946	Contas a pagar – Partes Relacionadas	11	3.562	11.728
				Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	10	1.627	1.677
Outros créditos		<u>1.308</u>	<u>1.054</u>				
				Dividendos a pagar	12(d)	-	2.611
		30.675	34.642	Outras contas a pagar – Partes Relacionadas	9 (d)	715	352
				Outras contas a pagar - Terceiros		16	86
				Arrendamento mercantil	21	<u>3.122</u>	<u>4.136</u>
						14.356	26.699
				Não circulante			
				Outras contas a pagar – Partes relacionadas	9 (e)	2.752	-
				Fornecedores - Terceiros		26	-
				Contas a pagar - Partes relacionadas	11	4.566	-
				Arrendamento mercantil	21	<u>4.438</u>	<u>10.066</u>
						11.782	10.066
Não circulante				Patrimônio líquido	12		
Contas a receber	9 (b)	23	230	Capital social		34.057	34.057
Outros Contas a receber	9 (c)	399	-	Reserva de lucros		-	28.794
				Prejuízos Acumulados		<u>(15.287)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	6 (b)	10.097	8.561	Total do patrimônio líquido		<u>18.770</u>	<u>62.851</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6(c)	-	5.266				
Imobilizado	7	3.714	9.660	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>44.908</u>	<u>99.616</u>
Intangível	8	-	41.257				
		<u>14.233</u>	<u>64.974</u>				
Total do ativo		<u>44.908</u>	<u>99.616</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de serviços prestados	13	89.287	123.849
Custos de serviços prestados	14	<u>(70.452)</u>	<u>(82.186)</u>
Lucro bruto		18.835	41.663
Despesas administrativas	15	(23.405)	(24.683)
Outras (despesas) operacionais	16	(9.533)	(30)
Perda no valor de recuperação de ativos intangíveis - Impairment	17	<u>(30.096)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social		(44.199)	16.950
Receitas financeiras		1.213	1.028
Despesas financeiras		(1.086)	(1.068)
Variação cambial		(9)	28
Resultado financeiro, líquido	18	<u>118</u>	<u>(12)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(44.081)	16.938
Imposto de renda e contribuição social correntes	6 (d)	-	(5.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (d)	<u>-</u>	<u>(677)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u><u>(44.081)</u></u>	<u><u>10.993</u></u>
(Prejuízo)/Lucro líquido por lote de mil ações - Básico e diluído (em R\$)		(647,17)	161,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
(Prejuízo)/Lucro Líquido do exercício	(44.081)	10.993
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	(44.081)	10.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	34.057	2.457	17.954	-	54.468
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.993	10.993
Constituição de reservas	-	550	7.833	(8.382)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.611)	(2.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	34.057	3.007	25.787	-	62.851
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(44.081)	(44.081)
Compensação de prejuízo com reservas	-	(3.007)	(25.787)	28.794	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.057	-	-	(15.287)	18.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(44.081)	10.993
Ajustes:		
Depreciação e amortização	11.071	11.040
Provisões/(reversões) que não afetam o caixa	8.192	(2.099)
Baixas de ativo imobilizado e intangível	12.878	1.759
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	30.096	-
Baixas de passivo de arrendamento mercantil	(3.480)	-
Variação cambial	9	(28)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.242	677
	<u>16.927</u>	<u>22.342</u>
(Aumento) / redução nos ativos e passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	4.261	5.656
Impostos e contribuições a recuperar	(1.219)	(1.194)
Outros ativos	(255)	(551)
Contas a pagar com Partes Relacionadas	(8.032)	(2.028)
Contas a pagar com Terceiros	(759)	(507)
Impostos e contribuições a recolher	(50)	(739)
Outras contas a pagar	(109)	1.197
	<u>10.764</u>	<u>24.176</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(494)	(283)
Aquisição de intangível	(6.366)	(15.561)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(2.413)	(9.578)
	<u>(9.273)</u>	<u>(25.422)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(2.611)	(2.099)
Amortização de arrendamento	(3.760)	(3.406)
	<u>(6.371)</u>	<u>(5.505)</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes no exercício	<u>(4.880)</u>	<u>(6.751)</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.342	12.093
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	462	5.342
	<u>(4.880)</u>	<u>(6.751)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas		
Serviços prestados e outras	104.857	146.770
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos e despesas de desenvolvimento, serviços de terceiros e outros	<u>(106.841)</u>	<u>(86.730)</u>
Valor adicionado bruto	(1.984)	60.040
Depreciação e amortização	<u>(10.150)</u>	<u>(10.090)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	(12.134)	49.950
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - incluem variações monetárias	<u>1.231</u>	<u>1.086</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>(10.903)</u>	<u>51.036</u>
Distribuição do valor adicionado		
Despesa com Pessoal (Salários, provisões e encargos)	10.263	8.341
Honorários da diretoria e pessoal e outros	<u>4.023</u>	<u>4.007</u>
Tributos		
Impostos e contribuições	15.537	20.652
Imposto de renda e contribuição social	<u>2.242</u>	<u>5.945</u>
	<u>17.779</u>	<u>26.597</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e monetárias	<u>1.113</u>	<u>1.098</u>
Remuneração de capitais próprios		
Constituição/Compensação de reservas:		
Legal	(3.007)	549
Retenção de lucros	(25.786)	7.833
Dividendos		
Dividendos a Pagar	-	2.611
Dividendos Adicionais Propostos	-	-
Prejuízo Absorvido	(15.288)	-
	<u>(44.081)</u>	<u>10.993</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(10.903)</u>	<u>51.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Procurement Negócios Eletrônicos S.A. ("Petronect" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade foi constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. Sua receita é auferida principalmente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionista controladora, além, de empresas do Sistema Petrobras, nacionais e estrangeiras. O seu custo é adquirido, em grande parte com os também acionistas Petrobras S.A, SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Direcionada em soluções para a indústria de Petróleo, Gás e Energia, a Sociedade desenvolveu uma plataforma digital para otimizar, agilizar e dar maior conformidade às transações entre empresas, além de proporcionar redução no consumo de papel e na necessidade de viagens.

Os serviços oferecidos pela Sociedade incluem a disponibilização de um portal para a realização de cadastramento de fornecedores, solicitações de cotação, leilões reversos e diretos, gerenciamento eletrônico de documentos fiscais, e serviços de cotações de bens, todos direcionados para a cadeia de suprimentos. A plataforma única e integrada garante a padronização dos processos e o acompanhamento constante por parte das empresas envolvidas, que assim passam a contar com uma ferramenta para administração eficiente de suas negociações.

Em 08 de setembro de 2020, a Petrobras comunicou que os contratos do Portal de Compras, Portal de GDF-e e Portal de Cadastro, firmados entre Petrobras e Petronect, com vigência até 2023, não deverão ser objeto de renovação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2021, autorizou a emissão destas demonstrações contábeis.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional da Sociedade o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Sociedade está inserida.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira referem-se a prestação de serviços para empresas no exterior e são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

(i) Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Reconhecimento e mensuração inicial

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a sociedade elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Definição de inadimplência (default)

A sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à sociedade e todos os fluxos de caixa que a sociedade espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A sociedade não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido e não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

d. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	vida útil (anos)
Benfeitorias	2-5
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	5
Equipamentos de processamento de dados	5
Equipamentos de telecomunicação	5
Edificações – Direito e uso	2-5
Equipamentos de processamento de dados – Direito de uso	3

O custo de ativos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

e. Ativo intangível

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a. que é o percentual estimado com base na vida útil de cinco anos, salvo para itens objeto de arrendamento mercantil, os quais são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento financeiro.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	vida útil (anos)
Direitos de uso	3-5
Desenvolvimento de serviços e projetos	5

f. Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Sociedade reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a sociedade reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(ii) Ativos não financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Receita de contrato com o cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Sociedade reconhece a receita quando:

- (i) as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação serviços a serem transferidos;
- (iii) a entidade puder identificar os termos de pagamento para serviços a serem transferidos;
- (iv) aloca no preço de transação as obrigações de desempenho;
- (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos ao cliente.

A Sociedade tem como base de reconhecimento das receitas as medições apuradas pelos clientes Sistema Petrobras e demais clientes. Uma vez medido o valor que cabe à Procurement Negócios Eletrônicos S.A, é reconhecido o relatório de medição aprovado, para o devido registro contábil e emissão.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas na Lei nº 12.973.

Com isso, esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e, são revisados a cada ano e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo exercício.

k. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.1.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos (vide nota explicativa nº 2.d), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas na Lei nº 12.973.

b. Arrendamento Mercantil

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Sociedade é arrendatária, os ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

3.1.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.</i>	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de hedge; e divulgações. As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases. As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts— Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1 IFRS 17 – Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante. O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva. 1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas no item acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2020. Quanto às emendas listadas acima, a Sociedade não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	33	34
Aplicações financeiras	429	5.308
	<u>462</u>	<u>5.342</u>

As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento do Banco Santander com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade de 0,3% no curto prazo (para 2019 0,14% no curto prazo). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, que é prontamente conversível a valores conhecidos de caixa, que está sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

5 Contas a receber – FIDC

	2020	2019
Qtd. Cotas	4,43728	3,799256
Rentabilidade (a.a)	2,77%	5,97%
	<u>14.464</u>	<u>12.051</u>

Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema PETROBRAS (FIDCNP), igualmente lastreados em títulos públicos federais.

Estes investimentos financeiros são de altíssima liquidez (D+0), e possuem prazos de vencimentos superiores a 3 meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos acima apresentaram rendimentos de 2,77% e 5,97%, respectivamente.

a. Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

6 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

a. A recuperar (curto prazo)

	2020	2019
IRPJ	6.283	3.485
CSLL	-	114
PIS	-	10
COFINS	-	45
Outros	371	292
	<u>6.654</u>	<u>3.946</u>

b. A recuperar (longo prazo)

	2020	2019
IRPJ	6.374	6.080
CSLL	3.049	1.373
Outros	674	1.108
	<u>10.097</u>	<u>8.561</u>

Os saldos acima, no longo prazo, referem-se a créditos tributários, dos quais poderá aguardar até 5 anos para receber o deferimento do pedido de restituição feito a Receita Federal do Brasil.

A Sociedade tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica, e possui o prazo de homologação de cinco anos. Além da compensação através de transmissão da PERDCOMP, a Petronect também possui Pedidos de Restituição enviados para a Receita Federal do Brasil e que estão dentro do prazo de cinco anos para homologação.

c. Diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nos balanços patrimoniais:

	31 de dezembro de 2020			
	Saldo Inicial	No resultado (b)	No ativo não Circulante (a)	Saldo final
Impostos diferidos relativos a:				
Provisões dedutíveis	5.222	(2.198)	(3.024)	-
Variação cambial	44	(44)	-	-
Total	5.266	(2.242)	(3.024)	-
	31 de dezembro de 2019			
	Saldo Inicial	No resultado	No ativo não circulante	Saldo final
Impostos diferidos relativos a:				
Provisões dedutíveis	5.901	(679)	-	5.222
Variação cambial	42	2	-	44
Total	5.943	(677)	-	5.266

- (a) Os créditos fiscais diferidos foram parcialmente transferidos para o ativo não circulante (tributos a recuperar de longo prazo) no valor de R\$ 3.024. Essa transferência foi efetuada após a contratação de consultoria especializada que apontou a existência de créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social.
- (b) O saldo residual no valor de R\$ 2.242, foi ajustado no resultado, por ausência de expectativa de geração de lucro tributável futuro nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do planejamento orçamentário.

d. Conciliação da despesa

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.840)	16.939
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	14.226	(5.759)
Diferenças permanentes líquidas	(200)	(210)
Diferenças temporárias sem efeito no resultado	(12.010)	-
Prejuízo Fiscal sem efeito no resultado	(2.016)	-
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre excedente	-	24
	-	(5.945)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(5.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(677)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(5.945)
Alíquota fiscal efetiva	-	35%

7 Imobilizado

	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Equipamento de Telecomunicação	Direito de uso - Edificações	Direito de uso - Equipamento processamento de dados	Total
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2018	1.054	544	164	889	21	-	-	2.672
Aquisições	2.796	237	707	986	7	7.367	-	12.100
Baixas	(3.951)	(1.250)	(416)	(1.082)	(27)	(307)	-	(7.033)
Transferências	-	-	-	(733)	-	-	733	-
Depreciação	(458)	(80)	(104)	(349)	(2)	(1.206)	(204)	(2.404)
Baixas (depreciação)	2.388	810	160	901	7	57	-	4.323
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2019	<u>1.830</u>	<u>261</u>	<u>512</u>	<u>612</u>	<u>6</u>	<u>5.910</u>	<u>529</u>	<u>9.660</u>
Aquisições	-	-	-	486	9	598	-	1.093
Baixas (a)	(861)	(51)	(214)	-	-	(3.376)	-	(4.502)
Depreciação	(433)	(44)	(113)	(173)	(2)	(1.528)	(244)	(2.537)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2020	<u>536</u>	<u>166</u>	<u>185</u>	<u>925</u>	<u>13</u>	<u>1.604</u>	<u>285</u>	<u>3.714</u>

- (a) As baixas referem-se a notificação efetuada pela Petronect à locadora do escritório sede, sobre o distrato de duas salas do contrato de locação do imóvel e benfeitorias, que ocorrerá durante o exercício 2021, e a previsão de entrega antecipada da última sala em 2023. O distrato parcial do contrato impactou na revisão do fluxo de contraprestações de arrendamentos referentes ao aluguel, reduzido proporcionalmente ao período distratado. Foram provisionadas multas contratuais no valor de R\$ 161, referentes a rescisão antecipada de contrato de locação. As benfeitorias, máquinas e móveis adquiridos no mesmo contrato, também foram parcialmente baixadas, porém o fluxo de contraprestações do arrendamento relacionados a esses ativos, não sofreu alteração, pois deverão ser quitados, independente da devolução antecipada.

Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01 (R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

8 Intangível

	Direitos de uso	Desenvolvimento de serviços e projetos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.850	5.121	28.971
Aquisições	4.157	17.079	21.236
Baixas	-	(314)	(314)
Transferências	13.287	(13.287)	-
Amortização	(8.636)	-	(8.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>32.658</u>	<u>8.599</u>	<u>41.257</u>
Aquisições	178	5.571	5.749
Baixas (b)	(2.974)	(5.402)	(8.376)
Transferências	6.796	(6.796)	-
Amortização	(8.534)	-	(8.534)
(-) Provisão Para Redução ao Valor Recuperável (a)	<u>(28.124)</u>	<u>(1.972)</u>	<u>(30.096)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) O valor de R\$ 30.096 refere-se ao provisionamento para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, conforme detalhamento na nota explicativa nº 17.
- (b) As baixas estão relacionadas à decisão da Petrobras de não renovação dos contratos com a Petronect (descrito na nota 1), fazendo com que a estratégia de desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica fosse descontinuada, assim como outros ativos que deixaram de ter aplicação neste novo cenário.

9 Partes Relacionadas

	Grupo Petrobras	2020	2019
Ativo			
Contas a receber (a)	7.735	7.735	12.249
Não Circulante			
Contas a receber (b)	23	23	230
Outros Contas a receber (c)	399	399	-
Passivo			
Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras	1.061	1.061	1.495
Dividendos propostos	-	-	1.909
Outras Contas a Pagar (d)	715	715	352
Não Circulante			
Outras Contas a Pagar (e)	2.752	2.752	-
Resultado - Receitas (despesas)			
Receita operacional líquida de serviços (a)	71.979	71.979	121.723
Custos com serviços profissionais - hospedagem de sistemas ("Hosting") (f)	6.666	6.666	4.446
Honorários da diretoria e pessoal (g)	2.466	2.466	2.234

As operações acima descritas referem-se a transações com as seguintes empresas do Grupo Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A., Petrobras America Inc., Petrobras Bolívia S.A., Petrobras Colômbia Combustibles S.A., Petrobras Transportes S.A., Petrobras Logística de Gás S.A., Petrobras Biocombustível S.A., Liquigás Distribuidora S.A., Araucária Nitrogenados S.A., Breitener Energética S.A., Breitener Jaraqui S.A., Breitener Tambaqui S.A., Petrobras Netherlands B.V., Petrobras Gás S.A., Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia S.A., Termomacaé S.A.

- (a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços, licitações e leilões em meio eletrônico.

- (b) Corresponde a retenções contratuais firmadas com clientes, referente a prestação dos serviços mencionados na nota 9 (a). O recebível está contratualmente atrelado a comprovação das obrigações trabalhistas por parte da contratada.
- (c) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a maior dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores.
- (d) Refere-se ao passivo contratual com a Petrobras, devido ao não atingimento de indicadores de desempenho da linha de Cotações.
- (e) Refere-se a saldo contratual com a Petrobras referente ao repasse a menor dos custos compartilhados de hospedagem de sistemas, relacionada a anos anteriores.
- (f) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico.
- (g) Corresponde principalmente ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido à Sociedade pela Petrobras.

10 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher

	2020	2019
Imposto sobre serviços	528	628
IRRF terceiros	233	296
Contribuições a recolher (Lei nº 10.833/03)	572	275
ISS terceiros	-	1
INSS terceiros	294	377
CSLL a Recolher	-	100
	1.627	1.677

11 Contas a pagar – Partes relacionadas

	SAP Brasil Ltda.	Accenture do Brasil Ltda.	Total	
			2020	2019
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	692	2.870	3.562	11.728
Dividendos propostos	-	-	-	702
Não Circulante				
Fornecedores	-	4.566	4.566	-
Resultado				
Custo com serviços profissionais/licença <i>software</i>	8.326	31.534	39.860	53.163
Despesas com Consultorias	-	213	213	1.233

A Sociedade possui contratos com as acionistas Accenture do Brasil Ltda. e SAP Brasil Ltda. para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, operação de cotações, diligenciamento e fornecimento e manutenção de licenças.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Sociedade no total de R\$ 34.057 (R\$ 34.057 em 2019) está representado por 68.114.160 ações, sendo 34.057.080 ações ordinárias nominativas (26.223.951 Classe A e 7.833.129 Classe B) e 34.057.080 ações preferenciais nominativas (26.223.951 Classe A e 7.833.129 Classe B), sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Participação no capital (%) 2020		Participação no capital (%) 2019	
	Votante	Total	Votante	Total
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	49%	72%	49%	72%
SAP Brasil Ltda.	32%	17%	32%	17%
Accenture do Brasil Ltda.	19%	11%	19%	11%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

As aprovações realizadas pelo Conselho de Administração e nas Assembleias dos Acionistas são sempre realizadas com a manifestação favorável dos membros ou acionistas, respectivamente, que representem, pelo menos, 50% mais um voto.

b. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social.

Não há saldo em reserva legal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido à compensação integral do saldo acumulado de 2019 no valor de R\$ 3.007 para absorção do prejuízo do exercício de 2020.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, que consiste na implementação de melhorias e novos projetos, e mais a integração com sistemas e processos de negócios dos clientes.

Não há saldo em reserva de retenção de lucros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido à compensação integral do saldo acumulado de 2019 no valor de R\$ 25.786 para absorção do prejuízo do exercício de 2020.

d. Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício corroborando com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Para o exercício de 2020, não foi provisionado remuneração aos acionistas devido a apuração de prejuízo no exercício.

	2020	2019
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(44.081)	10.993
Reserva legal	<u>-</u>	<u>(550)</u>
Base de cálculo	<u>-</u>	<u>10.443</u>
Dividendos mínimos obrigatório propostos (25%)	-	2.611

e. Prejuízo Acumulado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi apurado um prejuízo do exercício no montante de R\$ 44.081, que após a compensação parcial com as reservas legal e de retenção de lucros, foi registrado um prejuízo acumulado de R\$ 15.287.

13 Receita líquida de serviços prestados

	2020	2019
Serviços Prestados Mercado Interno – Partes Relacionadas	83.331	138.127
Serviços Prestados Mercado Interno – Terceiros	19.534	5.132
Serviços Prestados Mercado Externo – Partes Relacionadas	523	863
Serviços Prestados Mercado Externo – Terceiros	<u>557</u>	<u>142</u>
Receita Bruta	<u>103.945</u>	<u>144.264</u>
Impostos		
ISS	(5.143)	(7.163)
PIS	(1.697)	(2.364)
COFINS	<u>(7.818)</u>	<u>(10.888)</u>
	<u>(14.658)</u>	<u>(20.415)</u>
Receita líquida de serviços prestados	<u>89.287</u>	<u>123.849</u>

14 Custos dos serviços prestados

2020	Portal de Compras (a)	Projetos	Cotações	Portal de Cadastro	Portal de Pagamentos	Total
Custo de Pessoal	2.632	1.241	1.190	335	95	5.493
Custo de serviços de operação	16.438	-	19.178	2.538	909	39.063
Custo de serviços s/ encomenda	-	5.762	-	-	-	5.762
Amortização SRM	7.501	153	-	-	-	7.654
Manutenção software	4.080	157	-	453	97	4.787
Hosting	5.066	533	-	867	200	6.666
Pessoal cedido	240	75	674	29	9	1.027
Total dos custos dos serviços prestados	35.957	7.921	21.042	4.222	1.310	70.452

2019	Portal de Compras (a)	Projetos	Cotações	Portal de Cadastro	Portal de Pagamentos	Total
Custo de Pessoal	1.421	1.318	1.538	169	48	4.494
Custo de serviços de operação	15.826	-	26.683	2.548	902	45.959
Custo de serviços s/ encomenda	-	14.089	-	-	-	14.089
Amortização SRM	7.494	119	-	7	-	7.620
Manutenção software	4.420	136	-	-	-	4.556
Hosting	3.379	356	-	578	133	4.446
Pessoal cedido	-	362	660	-	-	1.022
Total dos custos dos serviços prestados	32.540	16.380	28.881	3.302	1.083	82.186

A Sociedade aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais de Compras, Cadastro e Pagamentos e Serviços de Cotações. Também são aplicados como custos: serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com Accenture, SAP, ACV Tecline, Neo BPO, Hartmann, MSP Brasil e Edgetech os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações e sob encomenda incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS.

- (a) Na prestação de serviços relativa ao Portal de Compras além de seus custos operacionais estão incluídos os custos com Leilão de Biodiesel, Rodizio de Fornecedores da Transpetro, Agendamento de Entregas, Compra-e e Minha Petronect.

15 Despesas administrativas

As despesas administrativas incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2020	2019
Despesas de vendas (a)	(555)	(3.204)
Gastos com pessoal, diretoria e conselho de administração	(7.766)	(7.218)
Ocupação (aluguel e manutenção)	(1.210)	(2.737)
Depreciação	(2.496)	(2.470)
Utilidade e serviços públicos	(357)	(1.216)
Serviços de terceiros	(5.972)	(7.331)
Multas Contratuais	(1.927)	(269)
Impostos e taxas (b)	<u>(3.122)</u>	<u>(237)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(23.405)</u>	<u>(24.683)</u>

- (a) Em 2020 não houve contratação de consultoria para estudo de mercado, em contrapartida do ano de 2019, que houve essa contratação no montante de R\$ 2.248.
- (b) Em 2020 houve a baixa de impostos fiscais diferidos ativos no valor de R\$ 2.242, por ausência de expectativa de geração de lucro tributável futuro nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do planejamento orçamentário, vide nota 6 c).

16 Outras despesas e receitas operacionais

As outras despesas e receitas operacionais incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

Outras Receitas Operacionais	2020	2019
Outras Receitas Operacionais	<u>912</u>	<u>2.506</u>
Total Outras Receitas Operacionais	<u>912</u>	<u>2.506</u>
Outras Despesas Operacionais	2020	2019
Perda na baixa do Intangível (a)	(8.376)	(72)
Perda na baixa de Imobilizado (b)	(4.502)	(1.696)
Baixa de passivos de arrendamento (c)	3.480	-
Provisão Contratual	(173)	(407)
Demais Provisões	(160)	-
Outras Despesas Operacionais	(714)	(361)
Total Outras Despesas Operacionais	<u>(10.445)</u>	<u>(2.536)</u>
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>(9.533)</u>	<u>(30)</u>

- (a) Referem-se a baixa de ativos intangíveis obsoletos ou descontinuados durante o exercício.
- (b) Refere-se a baixa de benfeitorias em propriedade de terceiros, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e direito de uso de instalações, devido rescisão parcial do contrato de locação e benfeitorias da sede da Petronect (mencionado em nota 7a).
- (c) Refere-se a baixa parcial de passivo de arrendamento de direito de uso do escritório sede, conforme detalhado na nota explicativa nº 20 (a).

17 Perda no valor de recuperação de ativos – Impairment

A Sociedade apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimento que são adquiridos junto a Accenture do Brasil Ltda., SAP Brasil Ltda. e outros fornecedores, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Leilão de Biodiesel, Portal de Cadastro de Fornecedores e outros (Portal Petronect).

Com base no indicativo externo de perda referente a significativas mudanças tecnológicas, de mercado e econômicas, com efeitos adversos durante o exercício, conforme definido no item 12 (b) do CPC 01 (R1), a Petronect realizou o teste de impairment dos seus ativos intangíveis com base no método de valor em uso.

A principais premissas utilizadas para a elaboração do teste de impairment foram: (i) os ativos intangíveis da Petronect formam uma única unidade geradora de caixa (UGC), pois todos os contratos de receita são estão relacionados a utilização do Portal Petronect; (ii) as projeções realizadas pela Petronect, contemplam o período de janeiro de 2021 à maio de 2023; (iii) as receitas, custos e despesas foram atualizadas pelo IGP-M estimado de 4% a.a.; (iv) taxa de desconto de 12,80%.

A administração também avaliou a existência de valor justo líquido de despesa de venda para o ativo intangível, e concluiu que esse método não apresentaria valor recuperável, devido aos seguintes fatores: (i) o Portal Petronect foi desenvolvido especificamente para atendimento à lei 13.303/2016 que rege as contratações das empresas estatais e para o Regulamento de Licitações e Contratações Petrobras (RLCP), não sendo apropriado para outras empresas; (ii) a base tecnológica sobre a qual o Portal Petronect foi desenvolvido está em obsolescência, sendo necessário grande investimento para sua atualização; e, (iii) o principal cliente para este serviço é a Petrobras, que contratou o desenvolvimento de uma nova plataforma para seu atendimento, não necessitando mais de um provedor de mercado.

Conforme mencionado, o método utilizado foi o valor em uso, através de fluxos de caixas futuros descontados, resultando um valor presente líquido (VPL) negativo, em consequência, foi registrada uma provisão para perda ao valor recuperável do saldo integral dos ativos intangíveis, no montante de R\$ 30.096.

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras e despesas financeiras incorridas pela Sociedade estão distribuídas da seguinte forma, de acordo com sua classe.

Receita Financeira	2020	2019
Variação monetária ativa	850	317
Receita sobre aplicação financeira	345	685
Variação cambial ativa	18	58
Descontos obtidos	19	26
	<hr/>	<hr/>
Total das receitas financeiras	1.232	1.086
	<hr/>	<hr/>
Despesa Financeira	2020	2019
Juros passivos	(9)	(3)
Tarifas bancárias	(25)	(35)
Multas pagas ou incorridas	(35)	(20)
Descontos concedidos	-	(42)
Variação cambial passiva	(27)	(30)
Juros sobre arrendamento	(1.017)	(968)
	<hr/>	<hr/>
Total das despesas financeiras	(1.113)	(1.098)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(118)	(12)
	<hr/>	<hr/>

19 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações foram analisados pela Sociedade. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas para os valores justos conforme apresentado em uma única coluna abaixo.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade pelo valor justo e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Instrumentos financeiros	2020	2019
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	462	5.342
Contas a receber – FIDC	14.464	12.051
Contas a receber, líquidas – clientes	7.787	12.249
Passivos		
Fornecedores	5.812	4.143
Contas a pagar	8.128	11.728
Outras contas a pagar	3.483	-
Arrendamento mercantil	3.060	14.202

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Sociedade incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com bancos de reconhecida liquidez.

c. Risco de liquidez

A Sociedade utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazo e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Sociedade tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

Em 2019, houve contratações de novos arrendamentos, tais como: (i) atualização de licenças do sistema SRM; (ii) benfeitorias na nova sede; (iii) contratos de direito de uso de edificações; e (iv) direito de uso de equipamentos de informática. Abaixo segue posição do fluxo contratual:

31 de dezembro de 2020	Fluxo de Caixa Contratuais			
Em milhares de Reais	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-3 anos
Fornecedores	13.940	762	5.835	7.343
Passivo de Arrendamento Financeiro	7.560	640	2.482	4.438

31 de dezembro de 2019	Fluxo de Caixa Contratuais			
Em milhares de Reais	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-3 anos
Fornecedores	15.871	15.871	-	-
Passivo de Arrendamento Financeiro	7.527	785	3.351	10.066

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, arrendamentos e fornecedores estão mensurados ao valor justo. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

20 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios	2.996	2.985

21 Arrendamento mercantil

A Sociedade mantém contratos de arrendamento mercantil relacionados a seguir:

- (i) Contratos de arrendamento mercantil relacionado a licenças de uso de softwares SRM, com prazo de 48 meses e taxa de juros de 12,29% a.a.;
- (ii) Um contrato de arrendamento relacionado a benfeitorias na nova sede da Petronect, com prazo de 60 meses e taxa de juros de 11,17% a.a.;
- (iii) Um contrato de arrendamento relacionado a direito de uso de equipamentos de informática, com prazo de 36 meses e taxa de juros de 8,26% a.a.;
- (iv) Contratos de arrendamento relacionados a direito de uso de salas corporativas, atualizados anualmente pelo IGP-M.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados e depósito caução.

	2020	2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.837	5.103
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>5.234</u>	<u>10.993</u>
	<u>9.071</u>	<u>16.096</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(1.511)</u>	<u>(1.894)</u>
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	<u><u>7.560</u></u>	<u><u>14.202</u></u>

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

	2020	2019
Menos de um ano	3.122	4.136
Mais de um ano e menos de cinco anos	4.438	10.066
	7.560	14.202

Movimentação dos arrendamentos mercantis:

	2019	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas (a)	Transferências	2020
Menos de um ano	4.136	169	(3.760)	(1.017)	1.017	(857)	3.434	3.122
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>10.066</u>	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.623)</u>	<u>(3.434)</u>	<u>4.438</u>
	14.202	598	(3.760)	(1.017)	1.017	(3.480)	-	7.560

(a) As baixas referem-se a notificação efetuada pela Petronect à locadora do escritório sede, sobre o distrato de duas salas do contrato de locação do imóvel de sua sede, conforme detalhado em nota explicativa nº 7.a.

* * *